

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.718, DE 2001

Revoga o parágrafo único do art. 29 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

Autor: Deputado Alberto Fraga

Relator: Deputado José Roberto Batocchio

I - RELATÓRIO

Através do Projeto de Lei acima enumerado, o Deputado Alberto Fraga pretende revogar o artigo 29 da Lei 6.830/80, que trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, excluindo-a do concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento, e estabelece o concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público.

Alega o proponente que não devem existir preferências entre os entes federativos e que o rateamento entre esses credores há que ser igualitário, consoante a proporcionalidade dos créditos. Julga que a preferência estatuída fere a Constituição Federal.

Segundo despacho da Presidência desta Casa, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação analisar a Proposição em sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, conclusivamente.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta apresenta-se constitucional no concernente à sua apresentação, pelo Parlamentar. Não vislumbramos, outrossim, afronta aos princípios constitucionais esposados por nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa não está de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, uma vez que o artigo 1º não diz o objetivo da lei (LC 95/98, art. 7º).

A juridicidade, parece-nos duvidosa.

No mérito, a Proposição apresenta-se inoportuna e inconveniente.

De há muito tempo, o Supremo Tribunal Federal sumulou entendimento contrário aos propósitos do autor.

Com efeito, a Súmula 563 deste colendo Tribunal estabelece:

***“563. O concurso de preferência a que se refere o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional é compatível com o disposto no art. 9º, I, da Constituição Federal.*”**

A Súmula, por ser vetusta, refere-se à antiga Constituição de 1967, com as alterações da Emenda nº 1, de 1969. O artigo 9º, I, assim determinava:

“Art. 9º À União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios é vedado:

I – criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interno contra outra;”

Nossa atual Magna Carta, no artigo 19, inciso III, repete quase com os mesmos termos esta redação:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Pode parecer estranho que se invoque aqui o artigo 187 do Código Tributário Nacional, para servir de base a essa argumentação, ou à Súmula 563 do Supremo Tribunal Federal. Todavia, o artigo 187 do CTN trata, como o faz o artigo 29 da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80), do concurso de preferência, nestes termos:

“Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata;

III - Municípios, conjuntamente e pro rata.

Diante de tal fato, não se há de revogar tão-somente o artigo 29 da Lei de Execução Fiscal para que se acabe com a preferência. Isso seria inócuo, em face de subsistir a determinação do concurso de preferência previsto no Código Tributário Nacional (art. 187).

Por outro lado, não vemos com simpatia a revogação de que trata o Projeto.

Os interesses da União Federal, que representa os anseios de nosso povo, devem prevalecer sobre os dos demais entes federativos, haja vista que ela age em benefício de toda a sociedade brasileira, e também zela pela própria existência e coesão desta Nação.

Invocamos aqui os mesmos argumentos que embasaram a Súmula 563 do STF:

“A invocação do art. 9º, I, da Carta Magna (hoje 19, III) é inadmissível, porque a vedação de preferência entre as pessoas de direito público interno tem outro significado, qual seja o beneficiamento de um Estado ou de um Município em detrimento de outro.

O privilégio das entidades de direito público, nas habilitações de créditos, em falências e concordatas, e a ordem de preferência de tais créditos, para efeito de

seu pagamento, nunca esteve, como é óbvio, na mira daquela vedação constitucional (cf. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Comentários à Constituição Brasileira, edição Saraiva, 1972, vol. I, pp. 113-115.)”

Na verdade, a norma do art. 9º, I, da Lei Magna, tem por objetivo eliminar divergências de tratamento entre indivíduos de diversos Estados da Federação; jamais eliminar a hierarquia entre os poderes públicos federais, estaduais e municipais. Portanto, não há cogitar de afronta ao mencionado dispositivo.

Ante o exposto, não há que prosperar a presente
Proposição.

Voto, deste modo, pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.718, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado José Roberto Batochio

Relator